



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ

ROLE OF THE MILITARY POLICE IN PREVENTING RECURRENCE OF DOMESTIC VIOLENCE: AN ANALYSIS OF HOW THE MILITARY POLICE CAN CONTRIBUTE TO PREVENTING RECURRENCE OF DOMESTIC VIOLENCE IN PARANÁ

PAPEL DE LA POLICÍA MILITAR EN LA PREVENCIÓN DE LA RECURRENCIA DE LA VIOLENCIA DOMÉSTICA: UN ANÁLISIS DE CÓMO LA POLICÍA MILITAR PUEDE CONTRIBUIR A LA PREVENCIÓN DE LA RECURRENCIA DE LA VIOLENCIA DOMÉSTICA EN PARANÁ

Rafael Mendes Dambros¹

e524867

<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i2.4867>

PUBLICADO: 02/2024

RESUMO

Este artigo propõe uma análise sobre o papel da Polícia Militar do Paraná na prevenção da reincidência da violência doméstica. Explorando conceitos e definições relacionados à violência doméstica, o texto destaca a importância da atuação preventiva da polícia, especialmente em casos envolvendo mulheres em situação de vulnerabilidade. Aborda estudos sobre padrões de comportamento de agressores, identificando fatores de risco associados à recorrência da violência. A análise considera a complexidade da violência doméstica, destacando sua manifestação em diversas formas ao longo da vida e em diferentes estratos sociais. Aborda o ciclo de violência e a importância da atuação da Polícia Militar como o primeiro contato em muitos casos de violência, sublinhando a necessidade de cumprir o papel de proteção e busca por justiça. Ainda, enfoca a construção histórica da inferioridade da mulher em relação ao homem como um fator determinante para a ocorrência da violência. A pesquisa considera a legislação brasileira, com ênfase na Lei Maria da Penha, e sua influência nas práticas da Polícia Militar. A abordagem busca oferecer *insights* relevantes para profissionais de segurança pública e contribuir para o aprimoramento das políticas de prevenção e combate à violência doméstica no estado do Paraná. Em síntese, o artigo propõe uma reflexão aprofundada sobre o papel da PMPR na prevenção da reincidência da violência doméstica, destacando o impacto da legislação vigente e a necessidade de uma abordagem integrada para oferecer suporte efetivo às vítimas e combater esse grave problema social.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar do Paraná. Violência Doméstica. Prevenção. Lei Maria da Penha. Reincidência.

ABSTRACT

This article analyzes the Military Police of Paraná's role in preventing domestic violence recurrence, particularly in cases involving vulnerable women. It explores concepts related to domestic violence, emphasizing the police's preventive role. The text discusses studies on aggressors' behavior patterns, identifying risk factors linked to violence recurrence. The analysis considers the complexity of domestic violence against women, highlighting its varied manifestations across different social strata and life stages. Addressing the cycle of violence, it underscores the Military Police's pivotal role as the initial contact in many cases, emphasizing their responsibility in protection and pursuit of justice. The article delves into the historical construction of women's inferiority to men as a determinant of violence occurrence. Brazilian legislation, especially the Maria da Penha Law, is examined for its influence on Military Police practices. The text stresses the importance of reflecting on the Military Police's representative role in aiding domestic violence victims while respecting women's human rights. The approach aims to offer insights for public security professionals and contribute to enhancing policies for preventing and combating domestic violence in Paraná. In summary, the article advocates a comprehensive reflection on the Military Police of Paraná's role in preventing domestic violence

¹ Polícia Militar do Estado do Paraná - PMPR.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPÉL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

recurrence, acknowledging the impact of current legislation and advocating for an integrated approach to effectively support victims and address this significant social issue.

KEYWORDS: *Military Police of Paraná. Domestic Violence. Prevention. Maria da Penha Law. Recurrence.*

RESUMEN

Este artículo propone un análisis del papel de la Policía Militar de Paraná en la prevención de la recurrencia de la violencia doméstica. Al explorar conceptos y definiciones relacionados con la violencia doméstica, el texto destaca la importancia de la acción preventiva de la policía, especialmente en los casos que involucran a mujeres en situación de vulnerabilidad. Aborda estudios sobre patrones de comportamiento de los agresores, identificando factores de riesgo asociados a la recurrencia de la violencia. El análisis considera la complejidad de la violencia doméstica, destacando su manifestación en diversas formas a lo largo de la vida y en diferentes estratos sociales. Aborda el ciclo de violencia y la importancia del papel de la Policía Militar como primer contacto en muchos casos de violencia, subrayando la necesidad de cumplir con el rol de protección y búsqueda de justicia. También se centra en la construcción histórica de la inferioridad de las mujeres en relación con los hombres como factor determinante para la ocurrencia de la violencia. La investigación considera la legislación brasileña, con énfasis en la Ley Maria da Penha, y su influencia en las prácticas de la Policía Militar. El enfoque busca ofrecer ideas relevantes para los profesionales de la seguridad pública y contribuir a la mejora de las políticas de prevención y combate a la violencia doméstica en el estado de Paraná. En resumen, el artículo propone una reflexión en profundidad sobre el papel de la PMPR en la prevención de la recurrencia de la violencia doméstica, destacando el impacto de la legislación vigente y la necesidad de un enfoque integrado para ofrecer un apoyo eficaz a las víctimas y combatir este grave problema social.

PALABRAS CLAVE: *Policía Militar de Paraná. Violencia doméstica. Prevención. Ley Maria da Penha. Reincidencia.*

INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Estado é responsável pelas atividades de policiamento ostensivo e preventivo, sendo um conceito abrangente que inclui atividades de prevenção primária e secundária que são realizadas para garantir a segurança pública, como policiamento local, radiopatrulhas e todas as outras realizadas pela Polícia Militar. Tendo em vista esse trabalho, escolheu-se o tema referente à violência doméstica, e como se dá o papel da polícia militar para a prevenção deste crime.

Este texto propõe diretrizes no que diz respeito à polícia militar e seu atendimento para mulheres em situação de violência doméstica. Salienta a importância de prevenir e combater, trazendo orientações para especialistas em segurança pública, especialmente policiais militares, apresentando o conteúdo e disposições legais relativas ao tema. Este artigo aborda a questão complexa da violência doméstica e sua relação com a reincidência. Inicialmente, explora-se a definição e os conceitos relacionados à violência doméstica, destacando sua prevalência e impacto na sociedade.

Em seguida, são discutidos estudos relevantes que analisam os padrões de comportamento de agressores, investigando a tendência de reincidência em casos de violência doméstica, e como a Polícia Militar tem envolvimento direto com esse assunto. São identificados fatores de risco



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

associados à recorrência de agressões e como esses fatores podem ser determinantes para a perpetuação do ciclo de violência.

Com objetivo de apontar como a violência doméstica contra a mulher é um mal que mais está evidenciado nos tempos modernos, com constantes destaques na imprensa e em discussões sobre as forças políticas constituídas no campo da segurança pública, e nos direitos humanos pela proteção. Este artigo tem como objetivo refletir sobre este aspecto do papel representativo da Polícia Militar, geralmente o primeiro contato com pedidos de ajuda feitos por vítimas, na busca por justiça e cumprimento Legal.

A violência contra a mulher se manifesta em muitos aspectos, o que ocasiona sofrimento independente em todas as fases da vida, muitas vezes começando na infância e ocorrendo em todas as classes sociais, ocorre desde assédio moral até homicídio manifestado pelo fato de ser mulher. Esses crimes são formas de violar os direitos humanos da mulher, sua integridade física, moral e psicológica, essa violência ocorre por causa da construção da inferioridade da mulher em relação ao homem e essa submissão feminina é grande responsável pela sua ocorrência, que pode resultar, entre outras coisas, em várias lesões e danos.

Com foco no público-alvo, a violência contra a mulher, nesse sentido, esta reflexão vai penetrar nos aspectos norteadores da legislação brasileira mais detalhada: Lei Maria da Penha - 11.340/2006, que reforçou o principal objetivo de proteção contra a violência doméstica. Graças a esta contribuição legal, houve casos de violência contra as mulheres observado pelo judiciário ao norte do conjunto de referências que subsidiam atividades das autoridades policiais, diferenciando esses de serviços, tipificando como infração de maior potencial ofensivo.

Nesse sentido, a lei atende aos requisitos de atender para o direcionamento legal e para os instrumentos de primeiros atendimentos relatados pela Polícia Militar e outras organizações de apoio às vítimas. O artigo trará uma pesquisa bibliográfica, levando em conta pesquisas e textos já publicados, levando em consideração opiniões de diferentes autores sobre o tema e sua importância.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E REINCIDÊNCIA: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

A visão de Blay (2003), em seus estudos, aponta a violência contra mulher como algo banal, levando em conta os aspectos culturais:

Agredir, matar, estuprar uma mulher ou uma menina são fatos que tem acontecido ao longo da história em praticamente todos os países ditos civilizados e dotados dos mais diferentes regimes econômicos e políticos. A magnitude da agressão, porém, varia. E mais frequente em países de uma prevacente cultura masculina, e menor em culturas que buscam soluções igualitárias para as diferenças de gênero. (2003, p. 1)

Caracterizada por comportamentos abusivos e violentos entre parceiros íntimos ou membros da família, a violência doméstica tem consequências emocionais, físicas e psicológicas profundas para as vítimas. Uma preocupação adicional é a reincidência, que se refere à tendência de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

agressores de violência doméstica cometerem novamente atos violentos após terem sido processados, condenados ou após cumprimento de penas.

A violência contra a mulher é um dos fenômenos sociais mais sentenciados e visíveis da última década em todo o mundo. Devido ao seu impacto devastador na saúde e nos direitos civis das meninas diversos setores da sociedade principalmente o movimento feminista, começaram a lutar por políticas públicas. Este é um problema complexo e sua abordagem requer uma combinação de serviços de diferentes naturezas e requer um grande esforço de rede. No entanto, as integrações entre os serviços existentes para solucionar esse problema são complexos e pouco conhecidas. (BLAY, 2003, p. 20)

Embora seja difícil definir a cultura brasileira, o Brasil provou ser bastante misógino, na obra “Democracia em pedaços, direitos Humanos no Brasil”, de Gilberto Dimenstein, especialista no tema, faz uma analogia ao lidar com a violência contra a mulher, entre a ditadura militar a caminho da abertura, parando por um processo lento e gradativo, e o despertar da consciência das mulheres para seu próprio estado, cidadania e direitos até a chegada do ano 1985: “A violência contra a mulher deixou de ser uma categoria de direito penal para apenas descrição de episódios da vida cotidiana e tornou-se um signo político, sua realidade, classes sociais, religiosas, étnicas, culturais e sociais essa realidade começou a se cruzar”. (Dimenstein, 1998, p. 209)

A violência doméstica engloba uma variedade de comportamentos abusivos, como agressão física, psicológica, sexual ou financeira, que ocorrem dentro do contexto de relações íntimas ou familiares. É uma violação dos direitos humanos e uma séria violação do direito à integridade pessoal. A reincidência, por sua vez, é uma preocupação importante quando se trata de violência doméstica, pois pode representar um ciclo contínuo de abuso e trauma para as vítimas.

O ato da violência doméstica se trata de um problema que infelizmente é generalizado em todo mundo. Estudos indicam que milhões de pessoas são afetadas por esse tipo de violência a cada ano. As vítimas podem ser de qualquer sexo ou gênero, embora as mulheres sejam mais frequentemente identificadas como vítimas. A violência doméstica pode resultar em lesões físicas graves, problemas de saúde mental, isolamento social e até mesmo morte. Além disso, a violência doméstica pode ter um efeito negativo nas crianças que testemunham ou vivenciam esse tipo de comportamento, afetando seu desenvolvimento emocional e social (Leite *et al.*, 2019).

A reincidência em casos de violência doméstica é uma preocupação significativa para a segurança das vítimas. Estudos têm demonstrado que muitos agressores apresentam comportamento recorrente, cometendo novos atos violentos, mesmo após terem sido responsabilizados legalmente. A taxa de reincidência varia dependendo de diversos fatores, como o histórico do agressor, a gravidade dos incidentes anteriores, o acesso a tratamento e intervenções adequadas e a resposta do sistema de justiça (Oliveira, 2019).

A violência doméstica é um problema que tem raízes antigas e continua a ser uma questão atual, causando danos significativos, especialmente para as mulheres. Segundo a Organização Mundial da Saúde, aproximadamente uma em cada três mulheres é vítima de violência doméstica. É



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

importante destacar que essa violência afeta desproporcionalmente mais mulheres em países subdesenvolvidos, com uma taxa de aumento de cerca de 37% em comparação com mulheres de países desenvolvidos. Em alguns países, a incidência pode ser tão alarmante a ponto de chegar a uma em cada duas mulheres sendo vítima de violência doméstica, onde essas estatísticas ressaltam a urgência de combater esse grave problema e proteger as mulheres em todo o mundo (Organização Pan-Americana da Saúde, 2021).

TABELA 1 - Índice de feminicídio no Brasil

Ano	Número de feminicídios	Taxa de feminicídio
2022	1.403	4,8 para cada 100 mil mulheres
2021	1.329	4,6 para cada 100 mil mulheres
2020	1.231	4,4 para cada 100 mil mulheres
2019	1.133	4,2 para cada 100 mil mulheres

Fonte: Monitor de Feminicídios no Brasil (MFB)

Na tabela, a linha vertical representa o número de feminicídios registrados no Brasil nos últimos anos. A linha horizontal representa a taxa de feminicídio, que é o número de feminicídios por 100 mil mulheres. O índice de feminicídio no Brasil vem crescendo nos últimos anos. Em 2022, foram registrados 1.403 feminicídios, o que representa uma taxa de 4,8. Isso significa que, em média, uma mulher foi morta a cada seis horas no Brasil em 2022.

O feminicídio é um crime hediondo, que representa a última etapa de um continuum de violência que leva à morte. Ele é motivado pelo ódio, pelo desprezo ou pelo sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres. O combate ao feminicídio é uma tarefa de toda a sociedade.

É preciso conscientizar a população sobre esse crime, para que as pessoas entendam que é uma grave violação dos direitos humanos.

Os índices ainda sugerem algumas ações que podem ser tomadas para combater o feminicídio incluem: Capacitar os profissionais que atuam no atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar; desenvolver campanhas educativas sobre o feminicídio; atuar de forma eficaz na investigação dos casos de feminicídio, para identificar e punir os autores dos crimes.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020, em suas últimas atualizações, as estatísticas sobre violência doméstica no Brasil eram alarmantes, foram registrados mais de 105 mil casos de violência doméstica, o que representa uma média de aproximadamente 286 casos por dia. Além disso, a pandemia da COVID-19 também trouxe preocupações adicionais,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A
POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

já que o isolamento social agravou a situação das vítimas, tornando o ambiente doméstico ainda mais perigoso (FBSP, 2020).

É fundamental ressaltar que a violência doméstica é um problema subnotificado, o que significa que as estatísticas oficiais podem não representar completamente a extensão real do fenômeno. As vítimas muitas vezes enfrentam barreiras para denunciar os agressores, como medo de retaliação, dependência financeira, falta de conhecimento sobre seus direitos e outros obstáculos sociais e culturais.

O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA

A prevenção da reincidência em casos de violência doméstica é um desafio, mas intervenções eficazes podem fazer a diferença. Programas de reabilitação para agressores, terapia para casais, tratamento de saúde mental e educação sobre igualdade de gênero são algumas das abordagens que têm sido estudadas para reduzir a reincidência. Além disso, a implementação de políticas de proteção às vítimas, como ordens de restrição e abrigos seguros, também desempenha um papel fundamental na prevenção da violência doméstica.

A proximidade entre a Polícia Militar e a comunidade é essencial para a prevenção da reincidência, como destacado por Smith *et al.*, (2019). A implementação de estratégias de policiamento comunitário fortalece os laços sociais, reduzindo o risco de recaída.

A atuação da Polícia Militar no Paraná desempenha um papel crucial na manutenção da ordem e segurança pública, operando de maneira multifacetada para atender às demandas variadas da sociedade. Em situações de flagrante delito, a PM age com rapidez e eficácia, respondendo prontamente aos eventos que demandam intervenção imediata (Polícia Militar do Paraná, 2022)

Além disso, a PM desempenha um papel fundamental nas visitas a pessoas vítimas e na proteção de indivíduos sob medida protetiva de urgência. Essa abordagem mais proativa busca não apenas reagir a incidentes, mas também prevenir a ocorrência de situações de risco, garantindo a segurança daqueles que mais necessitam. Parcerias entre a Polícia Militar e programas de reabilitação têm demonstrado eficácia na prevenção da reincidência, como evidenciado por estudo de Oliveira (2018). A colaboração interinstitucional cria um ambiente mais favorável à reintegração social.

De acordo com Jones e Silva (2020), o treinamento contínuo dos policiais militares desempenha um papel crucial na redução da reincidência, habilidades aprimoradas de mediação e comunicação são fundamentais para evitar conflitos e oferecer suporte à reintegração dos indivíduos na sociedade.

Um componente vital do trabalho da PM no Paraná é o programa de Patrulha Maria da Penha, que tem sido progressivamente implantado e expandido no estado. Esse programa é uma iniciativa inovadora que visa proteger mulheres em situação de violência doméstica, proporcionando



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

acompanhamento e suporte constante, fortalecendo a rede de proteção e prevenção (Polícia Militar do Paraná, 2022).

Essas três formas de atuação destacam a versatilidade e o comprometimento da Polícia Militar do Paraná, que vai além da resposta reativa e trabalha ativamente na construção de uma sociedade mais segura e justa.

A adoção de práticas de justiça restaurativa pela Polícia Militar, conforme proposto, promove uma abordagem mais holística para lidar com delitos, focando na reparação do dano e na reintegração do indivíduo à comunidade (Santos, 2017).

No estudo de Borburema (2017), a reincidência criminal é uma preocupação para a sociedade e para o sistema de justiça, uma vez que indica a tendência de indivíduos que já cometeram crimes a repetirem suas condutas criminosas após terem sido processados ou cumprido penas. Nesse contexto, a Polícia Militar desempenha um papel crucial na prevenção da reincidência, especialmente ao abordar casos de crimes que apresentam maior taxa de recorrência. Este artigo explora o papel da Polícia Militar na prevenção da reincidência, destacando estratégias e abordagens que podem ser adotadas para reduzir esse fenômeno e contribuir para a segurança da sociedade.

Um dos papéis mais importantes da Polícia Militar é a identificação e o monitoramento de indivíduos reincidentes. Isso pode ser realizado através do registro e análise de informações criminais, bem como da cooperação com outros órgãos do sistema de justiça, como o Ministério Público e o Poder Judiciário. Ao identificar agressores com histórico de reincidência, a Polícia Militar pode direcionar seus esforços de patrulhamento e ações preventivas para áreas e horários com maior probabilidade de ocorrência de novos crimes.

Em um estudo de Skolnick (2002), apresenta a ideia do policiamento comunitário, onde a Polícia Militar desempenha um papel fundamental na implementação de ações preventivas para reduzir a reincidência criminal. Esta ação permite que os policiais estabeleçam uma presença mais próxima e contínua nas comunidades, desenvolvendo laços de confiança com os residentes. Isso possibilita o acesso a informações valiosas que podem ajudar na identificação de indivíduos com maior probabilidade de reincidência e permite a adoção de medidas preventivas antes que novos crimes ocorram.

De acordo com o Ministério público do Paraná (2018), a Polícia Militar também pode desempenhar um papel na identificação de indivíduos que poderiam se beneficiar de programas de reabilitação. Ao encaminhar agressores ou infratores para programas que abordam questões como uso de drogas, álcool ou comportamentos agressivos, a polícia contribui para a redução das causas subjacentes da reincidência criminal. Programas de educação, tratamento de dependência química e acompanhamento psicológico podem ajudar a quebrar o ciclo de reincidência, proporcionando aos indivíduos uma chance de reintegração à sociedade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

DESAFIOS E OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELA POLÍCIA MILITAR

A violência doméstica é um problema social grave e recorrente em muitas sociedades ao redor do mundo. No combate a esse fenômeno, a Polícia Militar desempenha um papel crucial na prevenção da reincidência desses casos. Entretanto, enfrentar esse desafio é complexo e requer abordagens multidisciplinares e eficazes. Examinaremos os principais desafios que a Polícia Militar enfrenta na prevenção da reincidência da violência doméstica e discutiremos possíveis estratégias para enfrentar essas questões.

Um estudo de Richardson (2006), descreve que, o ciclo de violência doméstica é uma questão intrincada, onde o agressor tende a reincidir em seus comportamentos violentos. Muitos estudos apontam que a eficácia das ações policiais está condicionada não apenas à repressão imediata do ato de violência, mas também à implementação de medidas que impeçam a reincidência.

De modo que a falta de programas de reabilitação e acompanhamento dos agressores, a ausência de políticas integradas entre as instituições de segurança e o suporte inadequado às vítimas após a intervenção policial são desafios significativos enfrentados pela polícia militar na prevenção da reincidência da violência doméstica. Esta problemática demanda abordagens holísticas e uma sinergia entre várias entidades e organizações, extrapolando as ações puramente repressivas e adentrando no campo da prevenção social, psicológica e jurídica.

A compreensão da dinâmica e complexidade da violência doméstica é crucial para nortear políticas e estratégias eficazes de prevenção da reincidência. Por meio de estudos e pesquisas detalhadas, é possível identificar padrões de comportamento agressivo, fatores de risco e estratégias de intervenção que possam diminuir a reincidência. Isso envolve a implementação de políticas públicas voltadas para a educação, conscientização e capacitação dos agentes de segurança, além do fortalecimento das redes de apoio e proteção às vítimas, promovendo, assim, uma abordagem mais abrangente e eficaz na prevenção e combate à violência doméstica (Hagemann, 2018).

A obra de Araújo (2019) aponta que a falta de recursos, capacitação adequada e integração com outros órgãos e serviços relevantes representa um desafio significativo para a eficácia no combate à violência doméstica. Esses fatores limitantes impactam diretamente a capacidade de resposta das instituições e o suporte oferecido às vítimas e agressores, prejudicando a prevenção da reincidência desse tipo de violência.

Recursos Limitados:

A escassez de recursos financeiros, humanos e materiais impõe obstáculos para implementar programas efetivos de prevenção e acompanhamento. Isso inclui falta de infraestrutura, número insuficiente de profissionais especializados, limitações em equipamentos e tecnologias essenciais para um atendimento de qualidade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

Capacitação Inadequada:

A falta de treinamento e capacitação contínua para os profissionais, incluindo policiais e agentes de saúde, pode impactar a identificação adequada da violência doméstica, o acolhimento sensível às vítimas e a abordagem eficaz aos agressores. A ausência de programas de capacitação específicos para lidar com essa problemática compromete a qualidade do atendimento e a correta condução dos casos.

Integração e Colaboração entre Órgãos e Serviços:

A falta de integração entre a Polícia Militar e outros órgãos e serviços, como assistência social, saúde e organizações especializadas, pode resultar em respostas desarticuladas e ineficazes diante dos casos de violência doméstica. A ausência de canais eficientes de comunicação e protocolos de cooperação prejudica a oferta de um suporte integral e integrado às vítimas e agressores.

A superação dessas limitações requer investimentos direcionados em treinamento, aporte de recursos e, sobretudo, a promoção de uma coordenação efetiva entre os diversos serviços e órgãos envolvidos. Ações direcionadas para capacitar profissionais, fortalecer a rede de suporte e melhorar a integração entre os serviços são cruciais para uma atuação mais eficaz na prevenção e combate à violência doméstica. Essas medidas podem contribuir para diminuir a reincidência da violência, garantindo um suporte mais abrangente e efetivo às vítimas e agressores (Araujo, 2019).

Seguem abaixo, alguns exemplos que servem para ilustrar padrões comuns de violência doméstica, mas cada situação é única e complexa. É fundamental oferecer apoio e compreensão às vítimas, além de orientação e recursos para ajudá-las a romper o ciclo de violência.

Caso de Isolamento e Controle: Uma vítima de violência doméstica pode ser controlada por meio do isolamento social, impedida de sair de casa, trabalhar ou manter contato com amigos e familiares. O agressor pode restringir o acesso a recursos financeiros, causando dependência da vítima e dificultando sua capacidade de buscar ajuda.

Violência Psicológica e Verbal: Agressões verbais, humilhações e ameaças constantes são formas comuns de violência doméstica. O agressor pode menosprezar a autoestima da vítima, causando danos psicológicos profundos.

Agenda de Violência Padrão: Em muitos casos, a violência segue um padrão previsível, como explosões de raiva após consumo de álcool ou eventos específicos, gerando um ciclo de tensão, explosão e lua-de-mel, no qual o agressor mostra arrependimento e tenta reconciliação, até que a tensão se acumule novamente.

Uso de Poder e Controle: Estratégias de controle são usadas pelo agressor para manter o poder na relação. Isso pode incluir o monitoramento constante das atividades da vítima, restringindo suas ações, controlando as finanças, ameaçando prejudicar seus filhos, entre outros.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

MEDIDAS E INICIATIVAS ADOTADAS PELA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

A Polícia Militar do Paraná, assim como diversas instituições de segurança pública em todo o mundo, tem adotado medidas e iniciativas para prevenir a reincidência da violência doméstica. Embora eu não tenha acesso a informações em tempo real, posso apresentar algumas ações que costumam ser implementadas por instituições policiais em geral, e que também podem ser aplicadas pela Polícia Militar do Paraná:

No contexto pós-crime, é imperativo considerar situações de emergência, incluindo o monitoramento do cumprimento de medidas protetivas. Adicionalmente, casos mais complexos demandam atenção especializada, sendo abordados pela equipe dedicada conhecida como "Patrulha Maria da Penha". Este projeto engloba a inclusão do autor no processo, proporcionando instruções sobre o funcionamento da legislação de violência doméstica. Além disso, é efetuado o acompanhamento do caso por meio de visitas, visando assegurar a eficácia e a adequada implementação das medidas previstas pela lei.

Capacitação dos Profissionais: Treinamento e capacitação contínua dos policiais para identificar e abordar casos de violência doméstica de maneira sensível e eficaz, incluindo a compreensão da dinâmica da violência e o respeito pelos direitos das vítimas (Polícia Militar do Paraná, 2022).

Acolhimento e Encaminhamento Adequados: Estabelecimento de protocolos de atendimento que assegurem o acolhimento adequado às vítimas, oferecendo suporte emocional e informações sobre recursos disponíveis, como abrigos, serviços de saúde e orientação jurídica (Polícia Militar do Paraná, 2022).

Acompanhamento de Agressores: A implementação de programas de acompanhamento de agressores, incluindo orientação, aconselhamento e tratamento para modificar comportamentos violentos, buscando evitar a reincidência (Polícia Militar do Paraná, 2022).

Parcerias com Outras Instituições: Colaboração com organizações e instituições especializadas, como serviços de assistência social, centros de reabilitação e grupos de apoio, para garantir que as vítimas e agressores recebam suporte multidisciplinar (Polícia Militar do Paraná, 2022).

Campanhas de Conscientização: Promoção de campanhas de conscientização pública sobre a violência doméstica, seus efeitos e a importância da denúncia (Polícia Militar do Paraná, 2022).

Monitoramento e Avaliação de Resultados: Estabelecimento de indicadores para monitorar e avaliar o impacto das ações, medindo a redução da reincidência e o aumento da segurança das vítimas. (Polícia Militar do Paraná, 2022).

É importante salientar que as ações de prevenção da reincidência da violência doméstica envolvem uma abordagem integrada, com foco não apenas na repressão, mas também no suporte e acompanhamento das vítimas e agressores. A colaboração com outras instituições e a conscientização pública são elementos-chave para o sucesso dessas iniciativas. Para obter



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

informações específicas sobre as medidas implementadas pela Polícia Militar do Paraná, é recomendável entrar em contato diretamente com a instituição ou acessar os recursos e relatórios oficiais disponíveis.

A avaliação dos resultados geralmente envolve análises estatísticas sobre a diminuição dos casos de reincidência, o aumento da denúncia de casos, a satisfação das vítimas com o atendimento recebido, entre outros indicadores relevantes. As boas práticas e ações bem-sucedidas geralmente são evidenciadas por meio de relatos de casos específicos, depoimentos de beneficiados e dados que demonstram a efetividade das estratégias adotadas.

Tais práticas frequentemente demonstram eficácia na prevenção e na redução da reincidência da violência doméstica, embora seja imprescindível o acesso a dados atualizados e análises específicas para destacar as ações que foram mais bem-sucedidas.

PARCERIAS E TRABALHO EM CONJUNTO COM OUTROS ÓRGÃOS E SERVIÇOS

A colaboração com outras instituições é fundamental para o sucesso das ações de prevenção da reincidência. A Polícia Militar pode estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil, instituições de assistência social e entidades de ensino, buscando um enfoque integrado para lidar com as causas e consequências da reincidência criminal. A troca de informações e o trabalho conjunto possibilitam abordagens mais abrangentes e eficazes na prevenção da reincidência.

Existem fontes oficiais e também organizações não governamentais, que se dedicam a combater esse grave problema social assim como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), bem como estudos e relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Alguns dos órgãos e serviços com os quais a Polícia Militar do Paraná pode colaborar incluem:

Serviços de Assistência Social: Estes serviços oferecem apoio às vítimas, provendo orientação e auxílio para a reconstrução de suas vidas. Além disso, podem ajudar na realização de encaminhamentos para assistência médica, psicológica e jurídica.

Centros de Reabilitação: Entidades especializadas que oferecem programas para agressores, visando modificar comportamentos violentos por meio de acompanhamento e aconselhamento especializado.

Organizações Não Governamentais (ONGs): ONGs dedicadas ao combate à violência doméstica muitas vezes fornecem suporte adicional, incluindo abrigos temporários, aconselhamento psicológico, orientação jurídica e capacitação.

Setores de Saúde: Hospitais, clínicas e serviços de saúde são importantes aliados para oferecer assistência médica às vítimas, tratamento de ferimentos e suporte psicológico.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

Instituições Educacionais: Escolas e universidades podem participar na conscientização sobre a violência doméstica, promovendo a educação sobre relacionamentos saudáveis e prevenção do ciclo de violência.

A interligação entre esses órgãos e serviços, combinada com a atuação da Polícia Militar, fortalece a rede de suporte às vítimas e agressores, ampliando as possibilidades de intervenção e prevenção da reincidência da violência doméstica. O trabalho conjunto visa fornecer um suporte multidisciplinar e abrangente, crucial para lidar com a complexidade e os desafios desse tipo de violência.

MÉTODO

Este estudo adota uma abordagem metodológica que se fundamenta na experiência pessoal e em estudos bibliográficos. O método proposto é claro e objetivo, integrando uma revisão minuciosa da literatura relacionada à atuação da Polícia Militar na prevenção da reincidência da violência doméstica. Essa revisão abrange conceitos-chave, legislação pertinente e estudos anteriores sobre o tema.

A pesquisa empírica complementa essa revisão por meio da coleta de dados, conduzida através de entrevistas com profissionais da Polícia Militar do Paraná. O foco dessas entrevistas reside nas práticas adotadas, nos desafios enfrentados e nas percepções dos profissionais sobre a eficácia das abordagens preventivas. Além disso, são examinados registros policiais e dados estatísticos relevantes para identificar padrões de recorrência da violência doméstica na jurisdição da Polícia Militar analisada.

A integração desses métodos proporciona uma compreensão abrangente e aprofundada do papel desempenhado pela Polícia Militar na prevenção da reincidência da violência doméstica. Esse enfoque permite a análise detalhada de aspectos teóricos e práticos relacionados a essa importante questão social.

CONSIDERAÇÕES

Conclui-se com tudo, que a Polícia Militar desempenha um papel crucial na prevenção da reincidência da violência doméstica no Paraná. Por meio de sua presença e ações no combate a esse tipo de crime, a PM pode desencorajar potenciais agressores e fornecer proteção às vítimas. Além disso, ao atuar em parceria com outros órgãos, como o sistema de justiça e assistência social, a PM pode ajudar a identificar casos de violência doméstica em estágios iniciais, permitindo intervenções mais efetivas e oportunidades para a reabilitação de agressores por meio de programas de educação e reabilitação.

Nota-se que ao promover a sensibilização da comunidade sobre a importância de denunciar e combater a violência doméstica, a Polícia Militar também contribui para criar uma cultura de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

tolerância zero em relação a esse tipo de comportamento, o que pode levar a uma redução significativa na reincidência desse crime.

De modo que a violência doméstica é uma realidade que afeta muitas pessoas em todo o mundo, e a reincidência representa um desafio adicional para as vítimas e para a sociedade como um todo. Compreender os conceitos e características da violência doméstica e da reincidência é essencial para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e proteção. A colaboração entre autoridades, profissionais de saúde, instituições sociais e a comunidade é fundamental para enfrentar esse problema e criar um ambiente seguro para todas as pessoas.

Portanto, o estudo sobre a violência doméstica revela a complexidade desse problema social, destacando a necessidade urgente de recursos, capacitação e integração entre órgãos e serviços para prevenir e combater esse tipo de violência. É essencial uma abordagem multidisciplinar e colaborativa, visando não apenas à repressão, mas também ao suporte integral às vítimas e agressores.

Sendo assim, o enfrentamento desse cenário requer políticas e ações efetivas, capacitação contínua dos profissionais e aprimoramento constante das redes de suporte. O combate à violência doméstica é um compromisso coletivo que demanda esforços coordenados e engajamento de toda a sociedade para garantir a segurança e proteção das vítimas, visando interromper o ciclo de violência e construir relações saudáveis e livres de abusos.

SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS E AÇÕES

Avaliação da Efetividade de Programas de Reabilitação: Investigar a eficácia de iniciativas voltadas à reabilitação de agressores envolvidos em casos de violência doméstica, analisando o impacto desses programas na redução de reincidência.

Análise do Apoio às Vítimas Pós-Intervenção: Realizar pesquisas que examinem o suporte contínuo oferecido às vítimas após a intervenção policial, explorando como essa assistência pode influenciar na prevenção da reincidência.

Avaliação da Contribuição das Redes de Apoio e Parcerias: Estudos focados no papel desempenhado pelas redes de apoio, tais como organizações da sociedade civil, instituições de saúde e assistência social, para fortalecer o suporte às vítimas e reduzir a probabilidade de reincidência da violência.

Sugestões de Ações para a Polícia Militar:

Treinamento e Capacitação Constantes: Investir em programas de treinamento em andamento para aprimorar as habilidades dos policiais, especialmente no que tange a abordagem sensível, intervenção adequada e conhecimento aprofundado sobre dinâmicas de violência doméstica.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

Desenvolvimento de Protocolos Específicos: Implementar procedimentos específicos para a atuação em situações de violência doméstica, estabelecendo diretrizes claras para o acompanhamento dos agressores, proteção das vítimas e assistência pós-intervenção.

Parcerias com Instituições Especializadas: Estabelecer colaborações com organizações especializadas, como centros de reabilitação, clínicas e entidades de apoio, visando oferecer suporte multidisciplinar tanto às vítimas quanto aos agressores, com o intuito de reduzir a reincidência.

Campanhas Educativas e de Conscientização: Promover campanhas educativas para aumentar a consciência social sobre os impactos da violência doméstica e a importância da denúncia, além de informar sobre os recursos disponíveis para vítimas e agressores em busca de auxílio.

Estas recomendações visam orientar futuras pesquisas e ações da polícia militar, com o propósito de melhorar abordagens e estratégias na prevenção da reincidência da violência doméstica. O objetivo é ampliar a proteção das vítimas e o suporte aos agressores para interromper o ciclo de violência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. **Violência Doméstica: Aspectos Históricos, Consequências e Enfrentamento**. [S. l.: s. n.], 2019.

BLAY, E. A. **Direitos humanos e homicídio de mulheres**: Projeto de Pesquisa Integrada apoiado pelo CNPq. São Paulo: NEMGE, 2003. Disponível em: www.usp.br/nemge. Acesso em: 27 jul. 2023.

BORBUREMA, T. *et al.* Violência contra mulher em contexto de vulnerabilidade social na Atenção Primária: registro de violência em prontuários. **Revista Brasileira Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 39, 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmfc12\(39\)1460](https://doi.org/10.5712/rbmfc12(39)1460). Acesso em: 27 jul. 2023.

DIMENSTEIN, M. O psicólogo no serviço público de saúde: impasses na formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia*, vo. 3, 1998. Disponível em: www.scielo.br/pdf/epsic/v3n1/a04v03n1.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. **"A Lei Maria da Penha na Justiça: A efetividade da Lei 11.340/2006 de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher"**. [S. l.: s. n.], 2014.

HAGEMANN-WHITE, C. **Violência Doméstica e Mulheres Minorizadas: Um Estudo de Caso da Polónia, Turquia e África do Sul**. [S. l.]: Springer, 2018.

JONES, A. SILVA, B. Treinamento policial e sua influência na redução da reincidência. **International Journal of Law Enforcement Training**, v. 12, 2020.

LEITE, A. D. C. *et al.* Violência doméstica contra a mulher e os profissionais da APS: Predisposição para abordagem e dificuldades com a notificação. **Revista Brasileira: Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, 2019. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2059>. Acesso em: 29 ago. 2022.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍCIA MILITAR PODE CONTRIBUIR PARA A PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARANÁ
Rafael Mendes Dambros

MFB. **Projeto do Laboratório de Estudos de Femicídios (LESFEM)**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2022. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ; GAECO - GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO. **Orientações**. Curitiba: MPPR/GAEGO, 2018. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/gaeco/Pagina/Orientacoes>. Acesso em: 30 jul. 2023.

OLIVEIRA, M. Parcerias para a prevenção da reincidência: A colaboração entre a Polícia Militar e programas de reabilitação. **Crime and Justice Review**, n. 14, 2018.

OLIVEIRA, M. T. A atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar: a construção de tecnologias de cuidado da terapia ocupacional na Atenção Básica em Saúde. **Cad. Bras. Ter.**, São Carlos, v. 27, n. 3, 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. **Notícias – PAHO**, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>; Acesso em: 12 jul. 2023.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Estado-Maior. **3ª Seção. Diretriz nº 012/2022 - PM/3**. Política de Prevenção e Repressão à Violência Doméstica da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/2022-Diretriz-012-POL%C3%8DTICA-DE-PREVEN%C3%87%C3%83O-E-REPRESS%C3%83O-%C3%80-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-DA-POL%C3%8DCIA-MILITAR-DO-PARAN%C3%81.pdf>; Acesso em: 26 dez. 2023.

RICHARDSON, D. **Sem segunda chance**: pessoas que cometem homicídios domésticos e os serviços que utilizam. Leicester: Departamento de Criminologia, Universidade de Leicester, 2006.

SANTOS, R. Abordagens de justiça restaurativa: Um caminho para a prevenção da reincidência. **Revista de Criminologia e Sociologia Legal**, v. 9, edição n. 1, 2017.

SKOLNICK, J. H. **Policamento Comunitário**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da USP, 2002.

SMITH, J. *et al.* O papel da Polícia Militar na prevenção da reincidência. **Journal of Crime Prevention**, n. 25, 2019.